

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

“DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE”: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO BOLSONARISTA

Tabatha Rodrigues de Lima

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17968>

Submetido em: 2026-09-04

Postado em: 2026-09-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE”: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO BOLSONARISTA

TABATHA RODRIGUES

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7632-7905>

tabatha-rodrigues@hotmail.com

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Campinas, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: Este trabalho analisa o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, tomando-o como uma síntese discursiva do bolsonarismo. Parte-se da compreensão de que o bolsonarismo se estrutura como uma coalizão discursiva (Kaysel e Bianchi, 2025), na qual elementos e atores sociais e políticos heterogêneos se articulam em torno de um núcleo simbólico unificador, expresso em seu principal lema. Nessa perspectiva, a articulação entre os termos que compõem o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade” conforma um significante vazio, pois é a relação estabelecida entre esses termos que produz um sentido político próprio e sintetiza a unidade discursiva do bolsonarismo. Desse modo, o discurso bolsonarista articula características que a literatura atribui à extrema-direita e que permitem situá-lo nesse espectro político, entre elas o nacionalismo, o ultraliberalismo, o neopatriotismo e o conservadorismo cristão (Kaysel e Bianchi, 2025; Mudde, 2019; Sanahuja e López Burian, 2023).

Palavras-chave: extrema-direita, bolsonarismo, discurso político, coalizão discursiva, teoria do discurso.

“GOD, HOMELAND, FAMILY AND FREEDOM”: A STUDY OF BOLSONARIST DISCOURSE

ABSTRACT: This paper analyzes the motto “God, Homeland, Family, and Freedom,” treating it as a discursive synthesis of Bolsonarism. It starts from the understanding that Bolsonarism is structured as a discursive coalition (Kaysel and Bianchi, 2025), in which heterogeneous social and political elements and actors are connection around a unifying symbolic core, expressed in its main motto. From this perspective, the articulation among the terms that compose the motto “God, Homeland, Family, and Freedom” constitutes an empty signifier, since it is the relationship established among these terms that produces a distinctive political meaning and encapsulates the discursive unity of Bolsonarism. Thus, Bolsonarist discourse articulates characteristics that the literature attributes to the far right and that allow it to be situated within this political spectrum, including nationalism, ultraliberalism, neo-patriotism, and Christian conservatism (Kaysel and Bianchi, 2025; Mudde, 2019; Sanahuja and López Burian, 2023).

Keywords: far right, bolsonarist, political discourse, discursive coalition, discourse theory

INTRODUÇÃO

O que se pretende neste artigo é compreender a construção discursiva do bolsonarismo, a partir de sua expressão sintética representada no lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. O que orienta o trabalho é a compreensão de como os termos dotados de trajetórias e sentidos próprios podem, quando articulados, condensar demandas heterogêneas e simbolizar a expressão de uma identidade política que não se organiza a partir de uma ideologia homogênea.

Para desenvolver essa questão, coloca-se o modelo teórico de coalizão discursiva, proposto por Kaysel e Bianchi (2025), em diálogo com a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015). Parte-se da hipótese de que o lema, considerado em sua articulação conjunta, funciona como um significante vazio capaz de representar as diferentes vertentes que constituem a coalizão bolsonarista. Nessa perspectiva, “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade” não são tratados como elementos isolados ou portadores de significados fixos, mas como significantes cujos sentidos são modificados pelas relações que estabelecem entre si e sua mobilização pelo bolsonarismo.

Essa articulação também participa da construção de uma fronteira antagônica entre um “nós” e um “eles”. O primeiro sendo identificado como os verdadeiros patriotas – ou “neopatriotas”, nos termos de Sanahuja e López Burian (2023) – que adotam o lema como expressão moral e valorativa de seu projeto político. O segundo reúne aqueles apresentados como inimigos da pátria, ainda que no interior do próprio país. O anticomunismo e sua atualização contemporânea sob a forma do antipetismo cumprem, nesse processo, a função de coadunar demandas distintas em oposição a um adversário comum.

Inicia-se este trabalho em referência ao Manifesto da Ação Integralista Brasileira pois parte-se do pressuposto de que o lema integralista, ao exprimir significados próprios de sua ideologia e de seu tempo, oferece alguns “espelhos do passado” ao bolsonarismo (Sanahuja e López Burian, 2023). Ou seja, não se trata de considerar o bolsonarismo como reflexo ou continuidade direta do Integralismo, mas de observar como símbolos, valores e antagonismos vinculados a tradições políticas anteriores podem voltar a circular, sendo reorganizados e ressignificados por novos fenômenos situados em um mesmo lado do espectro político (Motta, 2022). A reconstrução dessa trajetória cumpre, portanto, a função de oferecer um referencial histórico para situar a origem de parte do repertório simbólico mobilizado pelo bolsonarismo.

Isto é, se, no Integralismo, “Deus, Pátria e Família” expressava uma formulação cristã, nacionalista, conservadora e autoritária de projeto de sociedade, sua recuperação pelo bolsonarismo

ocorre em uma conjuntura distinta, atravessada pelo neoliberalismo, pelas guerras culturais, pelo antiglobalismo e pela ampliação do debate político nos ambientes digitais. O acréscimo de “Liberdade” não representaria, nesse sentido, apenas uma extensão do lema original, mas comporia sua ressignificação, permitindo que antigas referências sejam articuladas a novas demandas e adquiram sentidos próprios no interior da coalizão discursiva bolsonarista.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, reconstrói-se a formulação do lema “Deus, Pátria e Família” pelo Integralismo e parte de sua circulação posterior entre grupos de direita e extrema-direita. Na segunda, apresenta-se o modelo de coalizão discursiva e sua aproximação com os conceitos de articulação, antagonismo, cadeia de equivalências, hegemonia e significante vazio. Na terceira, examinam-se os sentidos produzidos pela articulação entre “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade” no discurso bolsonarista. Por fim, as considerações finais retomam o argumento de que é o lema em sua formulação conjunta, e não cada um de seus termos isoladamente, que oferece uma representação comum às diferentes vertentes da coalizão.

1. “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: ANTES DA “LIBERDADE”

Ainda nas primeiras páginas do Manifesto da Ação Integralista Brasileira (AIB), está escrito: “Nosso lema: DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”. Publicado em 1932, o documento consolidou a fundação e apresentou as bases da doutrina ideológica de um dos mais influentes movimentos fascistas da década de 1930 no Brasil e na América Latina (Motta, 2022; Gonçalves e Caldeira Neto, 2020). Embora estivesse relacionado aos discursos e movimentos políticos autoritários que ganhavam destaque na Europa naquele período, o Integralismo brasileiro adquiriu uma configuração própria, voltada às tensões e particularidades do Brasil do início do século XX.

Concebido por Plínio Salgado, um escritor modernista influente na cena política e cultural paulista, cuja figura de liderança era inspirada em Benito Mussolini (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020), o Integralismo expressava suas inclinações políticas e ideológicas a partir da síntese presente na tríade “Deus, Pátria e Família”. O movimento explorava o sentimento de inferioridade das nações periféricas no capitalismo global em um tom de revolta e alarmismo, apontando o “perigo vermelho” e as influências estrangeiras como ameaças à unidade e à identidade da sociedade brasileira (Trindade, 1979; Vasconcelos, 1979).

A solução para a situação brasileira, segundo o Manifesto, estava no retorno às origens e aos sentimentos patrióticos, a partir da recuperação de uma identidade nacional. Para isso, o movimento evocava símbolos, mitos, costumes e saberes capazes de despertar o imaginário de um Brasil puro e autêntico, como ocorria na reafirmação do “mito das três raças”, que idealizava uma miscigenação “harmônica e honrosa” entre indígenas, africanos e europeus (Fiorin, 2009). Tudo isso estava envolto pela idealização da vida rural, pela valorização do trabalho para os homens e pela atribuição às mulheres de funções ligadas à maternidade, à educação dos filhos e ao cuidado da família (Santos, 2022; Simões, Simões e Silva, 2012).

Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito: [...] o operariado de todas as regiões; a mocidade das escolas; os comerciantes, industriais, fazendeiros; os professores, os artistas, os funcionários [...] – todos os que ainda têm no coração o amor de seus maiores e o entusiasmo pelo Brasil. Temos de invocar nossas tradições gloriosas, temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir. (Ação Integralista Brasileira, 1982, p. 7–8)

A retórica integralista também buscava fortalecer uma visão de mundo hierárquica e cristã, assentada em valores conservadores e na defesa de uma unidade territorial, cultural e religiosa. Para isso, o movimento apostava em um discurso combativo, no qual a Pátria deveria lutar contra todos aqueles que ameaçassem sua unidade, sua moral, sua identidade e sua grandiosidade. Ao mesmo tempo, exaltava a figura do Chefe Nacional, Plínio Salgado, e construía uma narrativa de missão salvação, segundo a qual caberia ao movimento o resgate e a salvação da Pátria.

Até sua dissolução pelo Estado Novo, em 1937, o Integralismo alcançou certa relevância e capilaridade na política brasileira. Embora, nas décadas seguintes, nunca mais tenha assumido uma forma tão organizada e expansiva, também não saiu completamente das coxias da cena política brasileira. Durante grande parte desse período, permaneceu marginalizado pelo estigma de sua vinculação ideológica com o fascismo e, posteriormente, pela associação de parte de seus integrantes e herdeiros políticos com a ditadura militar brasileira (1964–1985). Ainda assim, suas ideias, símbolos e formas de organização continuaram presentes, mesmo que às margens das disputas políticas (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020).

Após a redemocratização, alguns militantes e herdeiros políticos do Integralismo aproximaram-se de partidos e lideranças parlamentares, chegando a se aliar e a se candidatar pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). A aproximação com o partido fundado por Enéas Carneiro ocorreu, principalmente, pelas afinidades ideológicas existentes entre eles, como o

ultranacionalismo, a defesa da família cristã, a oposição às pautas feministas e ao aborto, além do posicionamento contrário à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Essa relação, contudo, não era publicamente enfatizada, uma vez que a associação explícita ao Integralismo poderia prejudicar a imagem do partido (Caldeira Neto, 2012).

As eleições presidenciais de 2010 exemplificam essa forma de atuação: grupos neointegralistas, especialmente a Frente Integralista Brasileira (FIB), engajaram-se na campanha contra Dilma Rousseff, mobilizando pautas moralistas e conservadoras, sobretudo aquelas relacionadas ao aborto e à união civil entre pessoas do mesmo sexo (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020, p. 182–183). Como afirmam os autores, “na verdade, os neointegralistas normalmente dançam a valsa da política nacional. Em momentos de agitação política e de ondas conservadoras, os camisas-verdes enxergam possibilidades e tentam obter ganhos” (Ibidem, p. 180).

Foi nesse embalo da política nacional que a figura de Jair Bolsonaro passou a ganhar certo destaque e a despertar o interesse desses grupos, principalmente a partir da viralização de memes, falas, entrevistas e posicionamentos frequentemente classificados como “polêmicos”. Político de carreira do baixo clero, Bolsonaro apresentava-se como alguém disposto a transgredir as convenções da política brasileira. Sua forma de atuação passou a atrair diferentes setores que, até então, permaneciam dispersos ou marginalizados, entre eles grupos neointegralistas e neonazistas, além de outros setores identificados com posições antidemocráticas, autoritárias e contrárias ao pluralismo político e social (Ibidem, p. 183).

Um exemplo dessa aproximação ocorreu em 9 de abril de 2011, quando grupos neonazistas convocaram, no vão do Masp, uma manifestação em apoio a Jair Bolsonaro. Sob a justificativa de defender sua liberdade de expressão, o então deputado era apresentado como “o único Deputado que bate de frente com esses libertinos e comunistas”. O ato foi marcado pela tensão com manifestantes antifascistas e pela presença de grupos que exibiam mensagens em defesa da ditadura, emblemas dos Carecas do Subúrbio, símbolos nazistas e referências a Plínio Salgado. Embora a FIB e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) não participassem oficialmente, a presença neointegralista se manifestava por meio de grupos de skinheads (Ibidem, p. 193).

O período entre o fim do segundo mandato de Lula, em 2010, e a ascensão e consolidação do bolsonarismo, em 2018, marcou um processo em que diferentes setores das direitas começaram a sair das margens da cena política, recuperando antigos motes e combinando-os com novas formas de mobilização. Como descreve Camila Rocha em *Menos Marx, mais Mises* (2021), os espaços virtuais

funcionaram como lugares de formação de vínculos e de construção de uma nova militância de direita. Aos poucos, atores antes dispersos passaram a se articular, alcançar novos públicos, expor de maneira mais aberta suas posições ideológicas e ocupar também as ruas por meio da criação de grupos e espaços de mobilização política (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020; Rocha, 2021).

O deslocamento de parte das manifestações de Junho de 2013 em direção a pautas conservadoras favoreceu a projeção e o fortalecimento de atores e organizações políticas, como Olavo de Carvalho, Carla Zambelli, Kim Kataguiri, Renan Santos, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua (Pinto, 2017; Ortellado e Solano, 2016; Rocha, 2021). Ainda que apresentassem diferenças ideológicas e políticas entre si, esses atores participaram de um processo comum de ascensão e reorganização, marcado pela articulação entre as redes digitais, a ocupação das ruas e a circulação de pautas morais, conservadoras e liberais, associadas, em parte desses discursos, a um tom cada vez mais autoritário. (Solano, Ortellado e Ribeiro, 2017; Oliveira e Machado, 2019).

Esse processo ganhou força entre 2015 e 2016, durante as manifestações favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff, quando diferentes grupos de direita e extrema-direita passaram a compartilhar os mesmos espaços de mobilização. Nesses atos, integralistas de distintas vertentes conviveram com organizações e militantes que, embora não compartilhassem integralmente de sua ideologia, participavam de uma agenda comum de oposição ao governo Dilma e de defesa de pautas conservadoras (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020).

É nesse processo de reorganização das direitas que se situa a recuperação do lema integralista por Jair Bolsonaro durante a tentativa de fundação da Aliança pelo Brasil, em 2019. Após o fracasso da iniciativa, o lema foi retomado na campanha para sua reeleição à Presidência da República, em 2022, quando Bolsonaro acrescentou o termo “Liberdade” à tríade integralista e passou a mobilizar a fórmula “Deus, Pátria, Família e Liberdade” (Vale, 2023).

Mobilizado em outro contexto, o lema passa a compor uma nova articulação discursiva, na qual referências históricas são reorganizadas a partir das demandas e dos antagonismos próprios do bolsonarismo. Sua retomada não representa, portanto, a simples reprodução dos sentidos produzidos pelo Integralismo, mas sua apropriação e ressignificação no interior de uma nova identidade política.

2. QUANDO CHEGA “LIBERDADE”: A ARTICULAÇÃO DO LEMA BOLSONARISTA

O uso do modelo de coalizão discursiva para a caracterização do bolsonarismo se baseia no artigo “Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita”, de Kaysel e Bianchi (2025), que propõem compreender esse o bolsonarismo a partir de uma metodologia de formação conceitual que o situa no campo da extrema-direita.

Nesse modelo, a extrema-direita é entendida como um conceito político de ordem espacial e relacional: espacial porque situa o fenômeno no extremo direito do espectro político e relacional porque sua definição depende das relações de oposição e proximidade estabelecidas com outros atores, tradições e campos ideológicos. Para referência, os autores, de um lado, rejeitam as definições monocausais, que buscam explicar a extrema-direita a partir de um único traço definidor e acabam reunindo fenômenos muito diferentes sob uma mesma classificação. De outro, criticam as definições do tipo *checklist*, compostas por listas extensas de características que podem se tornar excessivamente restritivas e excluir fenômenos semelhantes por não apresentarem todos os atributos enumerados.

Como alternativa, os autores recorrem ao conceito wittgensteiniano de “semelhanças de família”, que permite reconhecer diferentes fenômenos como pertencentes a um mesmo campo político sem exigir que todos compartilhem exatamente as mesmas características. Compreende-se, assim, a extrema direita como um espaço político no qual convergem distintas tradições ideológicas e discursivas, cujas afinidades podem se manifestar com diferentes intensidades em cada fenômeno.

A partir dessa formulação, o bolsonarismo é concebido como uma coalizão discursiva formada por quatro vertentes: o neofascismo, o ultraliberalismo, o conservadorismo cristão e o autoritarismo militar. Embora possuam trajetórias, interesses e demandas próprias, essas vertentes convergem em torno de antagonismos comuns, sobretudo o anticomunismo e sua manifestação contemporânea, o antipetismo.

Nesse sentido, a coalizão discursiva bolsonarista abarca ideias e/ou tradições ideológicas, conjuntos de narrativas, além dos atores que as promovem e as práticas nas quais essa atividade discursiva está baseada. Os discursos que compõem a coalizão não são e não precisam ser completamente compatíveis ou coerentes entre si, pois sua convivência também comporta contradições, disputas semânticas, alianças e oposições. A unidade política do bolsonarismo não decorre, portanto, de uma ideologia homogênea, mas da articulação entre diferentes tradições que

passam a atuar sob uma identidade compartilhada e a disputar, entre si, a hegemonia no interior da própria coalizão.

É justamente o caráter discursivo-articulatório, contingente e internamente disputado dessa unidade que permite aproximar o modelo de coalizão discursiva proposto por Kaysel e Bianchi (2025) da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015). Para desenvolver essa aproximação, mobilizo os conceitos de discurso, articulação, antagonismo e hegemonia e, mais especificamente para a análise do lema bolsonarista, os conceitos de cadeia de equivalências e significante vazio.

Assim, a discursividade presente no modelo de coalizão discursiva é compreendida a partir da definição de discurso proposta pela Teoria do Discurso. Em sua dimensão ontológica, o discurso corresponde à produção social de sentidos por meio da qual a realidade se torna inteligível. Essa concepção rompe com definições estritamente linguísticas, cognitivas ou meramente textuais, pois entende o discurso como uma prática que articula palavras e ações. Desse modo, toda ação realizada por sujeitos, identidades ou grupos sociais constitui uma prática discursiva, na medida em que produz sentidos e participa da constituição do social (Laclau e Mouffe, 2015; Mendonça, 2003). Partindo desse pressuposto, os sentidos de “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade” – que são o cerne desse trabalho – não poderiam ser naturais ou sequer definitivos, teriam que ser politicamente construídos pela articulação que os reúne em um epítome do bolsonarismo.

Se o discurso não reflete uma realidade previamente constituída, mas, ao contrário, atua em sua produção, torna-se necessário compreender como seus sentidos são organizados. O discurso bolsonarista é produzido por práticas articulatórias que estabelecem relações entre elementos distintos, aqui compreendidos como as vertentes que integram o modelo teórico adotado, e, ao fazê-lo, afunilam suas identidades e expande seus sentidos.

Para Laclau e Mouffe, “chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória” (2015, p. 178). Nesse sentido, pode-se considerar que é por meio da articulação que as diferentes vertentes da coalizão discursiva bolsonarista estabelecem uma unidade contingente, sem que suas diferenças e contradições internas sejam eliminadas. Para Kaysel e Bianchi (2025), essa unidade se forma em torno de elementos aglutinadores e antagonismos comuns, compreensão também incorporada a este trabalho.

A coalizão, portanto, não resulta da simples somatória de núcleos discursivos distintos, mas de uma prática articulatória por meio da qual atores e setores divergentes estabelecem relações de equivalência e passam a atuar sob uma identidade política compartilhada. Essa unidade depende, contudo, da construção de antagonismos comuns, responsáveis por delimitar a fronteira política diante da qual as diferenças entre as vertentes são parcialmente suspensas.

O antagonismo pode ser entendido, no modelo de coalizão discursiva, como a fronteira que delimita a identidade bolsonarista diante das posições construídas como adversárias. Nesse sentido, Kaysel e Bianchi (2025) exploram a dimensão do **anti**, compreendendo-a partir das oposições por meio das quais ela define sua posição no campo político:

Concebida como uma posição em um espaço unidimensional, a ideologia da extrema direita pode ser definida pela sua relação com outras ideologias antagônicas. Com frequência, definições espaciais e relacionais produzem nos extremos conceitos negativos, do tipo “anti-“, expressando, dessa maneira, sua oposição àquilo que está no extremo oposto. Da extrema direita já foi dito que é anti-igualitarista (Bobbio, 1995), anticomunista (Kaysel, 2023), anti-iluminista (Sternhell, 2006), antifeminista (Goetz; Mayer, 2023), antidemocrática (Mudde, 2000), antiparlamentarista (Fennema, 1997) etc. (Kaysel e Bianchi, 2025, p. 6).

Para Laclau e Mouffe, entretanto, o antagonismo não representa apenas um conflito entre identidades previamente constituídas, mas participa da própria formação dessas identidades, uma vez que “a presença do ‘Outro’ me impede de ser plenamente eu mesmo” (2015, p. 202). No bolsonarismo, enquanto o discurso organiza os valores em torno dos quais o “nós” é construído, o anticomunismo e o antipetismo é mobilizado para determinar o “eles” contra o qual essa identidade se constitui.

Dessa maneira, as diferenças entre neofascistas, ultraliberais, conservadores cristãos, autoritaristas e militares são parcialmente secundarizadas diante da oposição a inimigos apresentados como ameaças aos valores condensados no lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Isso significa que as divergências são parcialmente suspensas diante de uma fronteira antagônica comum, o que permite que demandas distintas sejam articuladas em uma mesma cadeia de equivalências.

Na cadeia de equivalências, demandas sociais e políticas inicialmente distintas são aproximadas em torno de um objetivo comum por meio de um processo articulatório (Goulart, 2024; Vale, 2023). No lema bolsonarista, essa cadeia não corresponde à simples justaposição das palavras “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade”, pois cada termo condensa um conjunto específico de demandas. Essas particularidades não desaparecem, mas são parcialmente subordinadas à constituição de uma unidade comum (Pinto, 2017; Goulart, 2024; Vale, 2023).

Na coalizão bolsonarista, essa unidade se constitui quando demandas heterogêneas são apresentadas como igualmente ameaçadas por um exterior antagônico. O comunismo, a esquerda e, mais especificamente, o petismo podem ser construídos simultaneamente como ameaças à religião, à família, à soberania nacional e à liberdade. Desse modo, os diferentes grupos passam a compartilhar não necessariamente os mesmos conteúdos ideológicos, mas a oposição a adversários comuns. É essa fronteira que permite reunir cristãos conservadores, nacionalistas, militares e ultraliberais sob um mesmo “nós”, apesar das diferenças existentes entre suas demandas.

Contudo, à medida que essa cadeia se amplia e passa a reunir atores e demandas cada vez mais heterogêneas, sua unidade depende do enfraquecimento parcial dos conteúdos particulares que as distinguem. Isto é, sua unidade exige que os termos do lema sejam suficientemente abertos para comportar diferentes interpretações. “Liberdade”, por exemplo, pode significar liberdade econômica para os ultraliberais, liberdade religiosa para os conservadores cristãos e liberdade de expressão ou de ação para grupos que se apresentam como vítimas das instituições. Embora essas interpretações não sejam idênticas, elas podem ser condensadas no mesmo significante e direcionadas contra adversários comuns. Surge, então, a necessidade de um significante suficientemente aberto para condensar essa diversidade e representar a cadeia como uma totalidade: o significante vazio.

É nesse processo que se torna possível compreender a formação de um significante vazio. Seu caráter vazio não decorre da ausência de sentido, mas do esvaziamento parcial de seu conteúdo particular, que lhe permite condensar demandas heterogêneas e representar a cadeia de equivalências como uma totalidade. Sua polissemia não significa, portanto, que ele contenha todos os significados articulados na cadeia, mas que oferece uma superfície comum na qual diferentes demandas podem se inscrever (Mendonça, 2003; Goulart, 2024; Pinto, 2017).

Para desempenhar essa função universalizante, uma das particularidades que integram a cadeia precisa “dividir” o seu próprio corpo: sem abandonar completamente seu conteúdo original, passa a representar uma totalidade que a excede. É justamente essa passagem do particular à representação de uma totalidade mais abrangente que confere à operação seu caráter hegemônico.

A articulação discursiva, portanto, não apenas confere uma unidade contingente à coalizão, mas também cria as condições para que ela dispute a hegemonia. É nesse sentido que Kaysel e Bianchi afirmam que “essa articulação dá unidade às práticas de certos atores, tanto no Estado quanto na sociedade, permitindo-lhes disputar a hegemonia” (2025, p. 2). Embora a noção mobilizada pelos autores esteja mais diretamente ancorada na tradição gramsciana, este trabalho a

relê pela perspectiva de Laclau e Mouffe, cuja formulação também parte de um diálogo crítico com Gramsci. Nessa leitura, uma relação hegemônica se constitui quando um elemento particular consegue organizar um conjunto mais amplo de demandas e assumir a representação de uma totalidade que o excede (Laclau e Mouffe, 2015, p. 40). Isso não implica desconsiderar as disputas entre as vertentes, mas observar como uma demanda, identidade ou significante particular pode passar a representar o conjunto da coalizão.

A noção de hegemonia encerra, assim, a aproximação proposta entre a Teoria do Discurso e o modelo de coalizão discursiva, permitindo compreender como a heterogeneidade da extrema direita brasileira é articulada em torno de uma identidade política comum. Essa formulação estabelece as bases para a seção seguinte, dedicada à análise de como “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade” condensam diferentes demandas e de como um desses termos pode assumir a representação da totalidade da coalizão bolsonarista.

3. “DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE”: OS SENTIDOS DE UMA COALIZÃO

A separação entre “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade” cumpre uma função analítica, mas não corresponde ao modo como o lema funciona politicamente. Embora alguns desses termos estabeleçam relações mais evidentes com determinadas vertentes da coalizão bolsonarista, seus sentidos atravessam essas fronteiras e adquirem novos contornos a partir das relações que estabelecem entre si.

Não se trata, portanto, de distribuir cada palavra do lema entre o neofascismo, o ultraliberalismo, o conservadorismo cristão e o autoritarismo militar, como se existisse uma correspondência direta entre os termos e as vertentes, mas de compreender como sua articulação conjunta permite aproximar demandas distintas e oferecer uma referência comum à coalizão.

Assim, “Deus” e “Família” parecem estar mais frequentemente relacionados, uma vez que a defesa da família, no discurso bolsonarista, é sustentada por uma concepção cristã da ordem social, presente no imaginário da “família tradicional” ou da gênese bíblica da humanidade de criação do primeiro homem e da primeira mulher.

O que implica pensar que o Deus evocado nessa cosmovisão discursiva está mais relacionado à ortodoxia do primeiro testamento bíblico e não oferece apenas uma declaração de pertencimento religioso, mas fundamento moral às posições políticas mobilizadas pelo

bolsonarismo, apresentadas como expressões de valores naturais, verdadeiros e anteriores à própria política.

A ideia de “Família” que é evocada, não corresponde somente à forma de organização familiar, mas a um modelo heterossexual, monogâmico e assentado em papéis de gênero bem definidos e limitados. Ao observarem a circulação desses sentidos no ecossistema de mídia evangélica digital, Salles, Martins e Santini identificam a reafirmação de “valores moralistas de um cristianismo dito tradicional” (2024, p. 48). Dessa maneira, enquanto “Deus” oferece legitimidade religiosa à concepção de família defendida, a “Família” transforma essa moralidade cristã em um projeto de organização da sociedade (Almeida, 2019).

Contudo, o antagonismo a esse sentido de “Deus” e de “Família” infere-se a construção do Outro, o inimigo responsável pela destruição desses valores. Podendo assumir formas variadas como o feminismo, o aborto, as políticas de reconhecimento das populações LGBTQIAP+ e todos que o bolsonarismo aponta como doutrinários de uma “ideologia de gênero” ou de um “marxismo cultural”. Logo, o Outro é reunido sob a imagem de uma ameaça comum, associada à esquerda, ao comunismo e, no contexto brasileiro, ao Partido dos Trabalhadores, como proposto por Kaysel e Bianchi (2025) e Motta (2022).

Entretanto, a mobilização do termo “Família”, não se esgota na defesa de uma moralidade cristã ou na oposição às transformações das relações de gênero. Ela também atua para organizar a divisão entre o público e o privado e distribui, a partir do gênero, as responsabilidades pela reprodução da vida social. Como demonstra Wendy Brown (2019), a racionalidade neoliberal não atua apenas no campo econômico, mas reorganiza as relações entre o Estado, os indivíduos e as instituições privadas.

Nesse sentido, à medida que a proteção social do Estado é reduzida à família, esse núcleo passa a ser convocado a assumir plenas responsabilidades sobre o cuidado, à educação, à segurança e à sobrevivência de seus integrantes. Essa transferência, contudo, não recai de maneira igual sobre todos: ao mesmo tempo que reafirma a autoridade masculina na esfera pública e produtiva, associa prioritariamente as mulheres à domesticidade, à reprodução social e ao trabalho de cuidado. A mulher é, assim, convocada a cuidar da família como metáfora do cuidado para com a própria nação (Brown, 2019, p. 51).

Já nos sentidos mobilizados para a ideia de “Pátria”, é necessário considerar que a nação não constitui uma comunidade naturalmente formada, mas depende da produção de símbolos, narrativas e sentimentos de pertencimento capazes de construir a imagem de um “nós” coletivo. Benedict Anderson define a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p. 32). Ela é imaginada porque seus membros, mesmo sem se conhecerem, compartilham a imagem de uma comunhão e se percebem ligados por uma “profunda camaradagem horizontal” (Ibidem, p. 34).

No bolsonarismo, a “Pátria” constrói essa comunidade ao oferecer uma determinada imagem do Brasil, cristã, conservadora e organizada em torno da ordem, cujos valores particulares passam a ser apresentados como expressão da própria identidade nacional. Além disso, o bolsonarismo, se apropria de símbolos nacionais, da valorização das Forças Armadas e da construção de uma fronteira que separa os “patriotas” daqueles identificados como os inimigos da nação.

Essa construção se aproxima do que Sanahuja e López Burian (2023) definem como ultradireitas neopatriotas pois, embora os diversos fenômenos políticos de extrema-direita da América Latina, abriguem posições distintas entre si – que podem variar entre um nacionalismo de perfil soberanista e concepções individualistas e libertárias – eles se aproximam pela contestação à ordem liberal internacional e aos valores associados ao “globalismo”.

Como explicam os autores, essa contestação “redefine o popular, o nacional e o internacional” por meio do binômio amigo-inimigo (Sanahuja e López Burian, 2023, p. 27, tradução própria). A defesa da nação é organizada, então, pela oposição entre o “verdadeiro povo” e as elites nacionais e internacionais apresentadas como corruptas, progressistas, estrangeiras ou “apátridas”. Nessa perspectiva, a “Pátria” não corresponde a toda a comunidade nacional, mas a uma imagem particular do país ou da nação que busca representar sua totalidade, ao mesmo tempo que projeta para fora dela aqueles que não se ajustam aos seus valores morais, religiosos e políticos.

No caso do bolsonarismo, mais do que produzir uma identificação entre seus apoiadores, a resignificação da “Pátria” permite que valores particulares da coalizão sejam apresentados como se constituíssem os próprios valores da comunidade nacional. Ao analisar esse processo, Vale observa que a religiosidade, a família, a liberdade e o militarismo são “elevados metonimicamente ao patamar de verdadeiros valores da nação” (2023, p. 100). Assim, enquanto seus apoiadores são apresentados como representantes do verdadeiro povo brasileiro, os adversários são associados ao comunismo, à

corrupção, à desordem e à submissão a interesses estrangeiros. As Forças Armadas ocupam, nessa narrativa, o lugar de guardiãs da ordem e da unidade nacional, às quais caberia intervir nos momentos em que a Pátria estivesse ameaçada, apelando inclusive à uma interpretação tortuosa e distorcida do artigo 142 da Constituição.

Aqui, reaparecem alguns sentidos que atravessavam o nacionalismo integralista, como a idealização de um povo unido e forte, o anticomunismo e a necessidade de resgatar a nação de seus inimigos internos, ainda que reorganizados em outra conjuntura e no interior de uma nova identidade política (Trindade, 1979; Gonçalves e Caldeira Neto, 2020; Almeida, 2022). A “Pátria” aproxima, assim, o autoritarismo militar e o neofascismo, mas também alcança o conservadorismo cristão, na medida em que a proteção da nação passa a envolver a defesa de seus valores religiosos e familiares.

O acréscimo do termo “Liberdade” na formulação amplia a capacidade de articulação do lema ao incorporar demandas que não estavam expressas de maneira tão evidente na tríade integralista. Em seu sentido econômico, o termo se aproxima do ultraliberalismo e da defesa do livre mercado, da propriedade privada, do empreendedorismo e da redução da atuação do Estado, elementos que já circulavam entre os grupos de direita que se reorganizaram nas redes sociais e ganharam as ruas durante a década de 2010 (Rocha, 2021).

A “Liberdade” é compreendida, nesse caso, principalmente como liberdade individual, relacionada à possibilidade de realizar escolhas sem a interferência estatal e ao poder dos indivíduos sobre a propriedade privada (Chaguri, Cavalcante e Nicolau Netto, 2021, p. 294). Vinculada à responsabilização dos indivíduos e das famílias por suas próprias condições de existência, essa concepção permite que a diminuição da proteção social seja apresentada não como perda de direitos, mas como ampliação da autonomia diante do Estado (Brown, 2019)

Os sentidos mobilizados por “Liberdade”, contudo, não se limitam ao campo econômico. No discurso bolsonarista, o termo também aparece relacionado à liberdade de expressão, à liberdade religiosa, ao direito de possuir armas e à autoridade das famílias sobre a educação moral e sexual de seus filhos. É justamente nesse encontro que, como afirmam Chaguri, Cavalcante e Nicolau Netto, “a noção torna-se elástica no amálgama do conservadorismo-liberal” (2021, p. 296).

A amplitude desses sentidos não elimina as contradições presentes na mobilização da “Liberdade”. Sua defesa convive com a exaltação da ditadura militar, com pedidos de intervenção

militar e com posições contrárias aos direitos políticos, sociais e culturais de grupos considerados inimigos. Não se trata, portanto, de uma liberdade concebida como um direito universal e igualmente assegurado a todos, mas de uma liberdade atribuída principalmente àqueles reconhecidos como cidadãos de bem, cristãos e patriotas.

Novamente, é a partir da construção de um Outro antagônico que demandas distintas são aproximadas pela oposição a instituições e atores apresentados como censores da autonomia individual, entre eles o Estado, o Supremo Tribunal Federal, a imprensa, as universidades públicas e as organizações internacionais. Essa oposição assume um caráter seletivo: enquanto a manifestação de valores conservadores é apresentada como exercício legítimo da liberdade de expressão, as demandas feministas, antirracistas e LGBTQIAP+ são tratadas como imposições ideológicas que ameaçariam a sociedade. Tal contradição não impede que o termo participe da articulação bolsonarista; ao contrário, a imprecisão de “Liberdade” permite que diferentes vertentes disputem seus sentidos e se reconheçam em sua defesa, ainda que não compartilhem uma compreensão homogênea sobre aquilo que ela significa ou sobre quem pode exercê-la (Brown, 2019; Chaguri, Cavalcante e Nicolau Netto, 2021; Kaysel e Bianchi, 2025).

É justamente nas relações estabelecidas entre os quatro termos que os sentidos do lema são delimitados. Essa leitura se aproxima da conclusão de Vale (2023, p. 103) de que, no discurso bolsonarista, a própria caracterização da liberdade como um valor conservador se constitui de forma relacional aos demais sentidos que acompanham esse significante. “Deus” não representa, portanto, uma referência religiosa genérica, mas uma concepção cristã que oferece fundamento moral à “Família” e à “Pátria”.

A “Família”, por sua vez, não abrange igualmente todas as formas de organização familiar, mas define o modelo de relações sociais e de papéis de gênero considerado adequado à comunidade nacional. A “Pátria” transforma esses valores particulares em atributos do verdadeiro povo brasileiro e estabelece as fronteiras entre aqueles reconhecidos como integrantes legítimos da nação e os que são apresentados como seus inimigos.

Por fim, a “Liberdade” atualiza e amplia essa articulação, aproximando a moralidade cristã e o nacionalismo de demandas ultraliberais, libertárias e contrárias à intervenção do Estado. Os termos não apenas aparecem lado a lado, mas têm seus sentidos parcialmente modificados pelas relações que estabelecem entre si. Isto é, “Deus” qualifica a família e a pátria evocadas; a “Pátria”

nacionaliza essa moralidade; a “Família” oferece uma forma concreta ao projeto de sociedade defendido; e a “Liberdade” permite que esse conjunto alcance também as demandas ultraliberais.

É por essa razão que o significante vazio não está localizado isoladamente em “Deus”, “Pátria”, “Família” ou “Liberdade”, mas na formulação produzida pela articulação entre esses termos. Considerado em seu conjunto, o lema consegue condensar a defesa da moralidade cristã, da família tradicional, da unidade nacional, da autoridade militar, da liberdade econômica e da autonomia individual, sem exigir que todas essas demandas possuam exatamente o mesmo sentido ou sejam defendidas com a mesma intensidade pelas diferentes vertentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, a análise sobre o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade” buscou demonstrar que a sua articulação não compõe apenas a reunião de valores mobilizados pelo bolsonarismo. Considerado em sua articulação conjunta, o lema funciona como um significante vazio capaz de condensar demandas, tradições ideológicas e identidades heterogêneas, oferecendo uma representação comum às diferentes vertentes da coalizão bolsonarista. Seus termos não permanecem isolados ou preservam sentidos inteiramente definidos de antemão. Ao serem articulados, passam a modificar uns aos outros e a produzir um sentido político que não poderia ser explicado pela simples soma de seus conteúdos particulares.

A recuperação da tríade integralista pelo bolsonarismo não corresponde, portanto, à permanência inalterada de um lema do passado. “Deus, Pátria e Família” preserva referências cristãs, nacionalistas, conservadoras, anticomunistas e autoritárias que tornam sua aproximação com o Integralismo historicamente reconhecível. Entretanto, os imaginários políticos não atravessam o tempo de maneira intacta: seus símbolos e antagonismos são recuperados e reorganizados a partir das disputas de cada conjuntura (Motta, 2022; Sanahuja e López Burian, 2023). A entrada de “Liberdade” insere essa herança em uma nova articulação, atravessada pelo ultraliberalismo, pelas guerras culturais, pelo antiglobalismo e pela circulação política nos ambientes digitais (Rocha, 2021; Vale, 2023).

Essa capacidade de articulação, contudo, não significa que o lema possa assumir qualquer sentido ou representar qualquer demanda. Seu caráter vazio não é sinônimo de neutralidade, pois permanece delimitado pela fronteira antagônica que organiza o discurso bolsonarista. O

anticomunismo e sua atualização em antipetismo permitem aproximar atores apresentados como ameaças à religião, à família, à soberania nacional e à liberdade.

A unidade produzida pelo lema permanece, ainda assim, provisória e atravessada por disputas. O conservadorismo cristão procura ampliar os sentidos religiosos e morais de “Deus” e “Família”; o autoritarismo militar e o neofascismo reivindicam a “Pátria”, a ordem e a autoridade; e o ultraliberalismo busca fixar a “Liberdade” em torno do mercado, da propriedade e da autonomia individual. Essas ênfases não estabelecem uma correspondência exclusiva entre cada termo e uma vertente, mas revelam as disputas para fazer com que uma demanda particular passe a representar o conjunto da articulação. A coalizão constitui, assim, uma “unidade de diferenças” (Mendonça, 2009, p. 158), na qual a construção de uma identidade comum não elimina as divergências nem encerra a disputa por sua direção política.

A percolação do lema reside justamente nessa combinação entre permanência e deslocamento, densidade histórica e abertura de sentidos pois, recupera elementos de tradições políticas anteriores, mas os reorganiza para responder às demandas e aos antagonismos da conjuntura brasileira do agora. Mais do que expressar uma ideologia homogênea, o lema oferece uma superfície comum na qual diferentes setores podem se reconhecer, disputar seus significados e atuar sob uma mesma identidade bolsonarista.

REFERÊNCIAS

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Manifesto de outubro de 1932. 4. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1982.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. RUA, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 353–376, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v28i2.8671122>.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185–213, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e as direitas brasileiras: entre aproximações e distanciamentos. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 147–165, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20367>. Acesso em: 14 ago. 2026.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro; CAVALCANTE, Sávio M.; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo-liberal no Brasil de Bolsonaro: a força da articulação no contexto de pandemia. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 1, p. 285–307, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25160/bjbs.v10i1.127240>.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115–126, 2009.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GOULART, Mayra. Da diferença à equivalência: hipóteses laclauianas sobre a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, e20210153, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.1.313>.

KAYSEL, André; BIANCHI, Alvaro. Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita. *Caderno CRH*, Salvador, v. 38, p. 1–14, e025066, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.66145>.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: CNPq, 2015.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 18, p. 55–71, jan./jun. 2003.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 1, p. 153–169, jan./jun. 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. *Contenciosa*, Santa Fe, n. 12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14409/rc.10.12.e0015>.

MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de; MACHADO, Eliel. Vem Pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 42, p. 98–108, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/l.v23i42.47436>.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, n. 11, p. 169–180, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013–2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 100, p. 119–153, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

SALLES, Débora; MARTINS, Bruno Maurício; SANTINI, Rose Marie. “Deus, pátria, família e liberdade”: a radicalização política no ecossistema de mídia evangélica digital no Brasil. *Mídia e Cotidiano*, Niterói, v. 18, n. 1, p. 25–52, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v18i1.59933>.

SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo (ed.). *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*. Madrid: Fundación Carolina, 2023. p. 13–36.

SANTOS, Luana Dias dos. Uma análise sobre a participação das mulheres no movimento integralista através das páginas do jornal *A Offensiva* (1936). *Revista de História da UEG, Morrinhos*, v. 11, n. 1, p. 1–17, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i01.11901>.

SIMÕES, Renata Duarte; SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA, Ticiane Ribeiro da. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. *Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 140–149, jan./mar. 2012.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma da previdência. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35–45, ago. 2017.

TRINDADE, Hégio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VALE, Beatriz Franco Pereira do. A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo: uma análise de discurso sobre os 7s de setembro no governo Bolsonaro. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/11089>. Acesso em: 3 set. 2026.

VASCONCELOS, Gilberto. Ideologia curupira: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA

Tabatha Rodrigues de Lima: conceituação; metodologia; investigação; análise formal; redação : rascunho original; redação: revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara não haver conflitos de interesse e disponibilização dos dados da pesquisa.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que fundamentam este artigo consistem em documentos e materiais bibliográficos de acesso público, devidamente identificados e referenciados ao longo do texto.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

A autora declara que não utilizou IA para geração dos textos. Fazendo uso somente para tradução do resumo para o segundo idioma.

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA

Tabatha Rodrigues de Lima é mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na linha de Teoria e Pensamento Político. Pesquisa atualmente a extrema-direita brasileira, o bolsonarismo e discurso político.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.